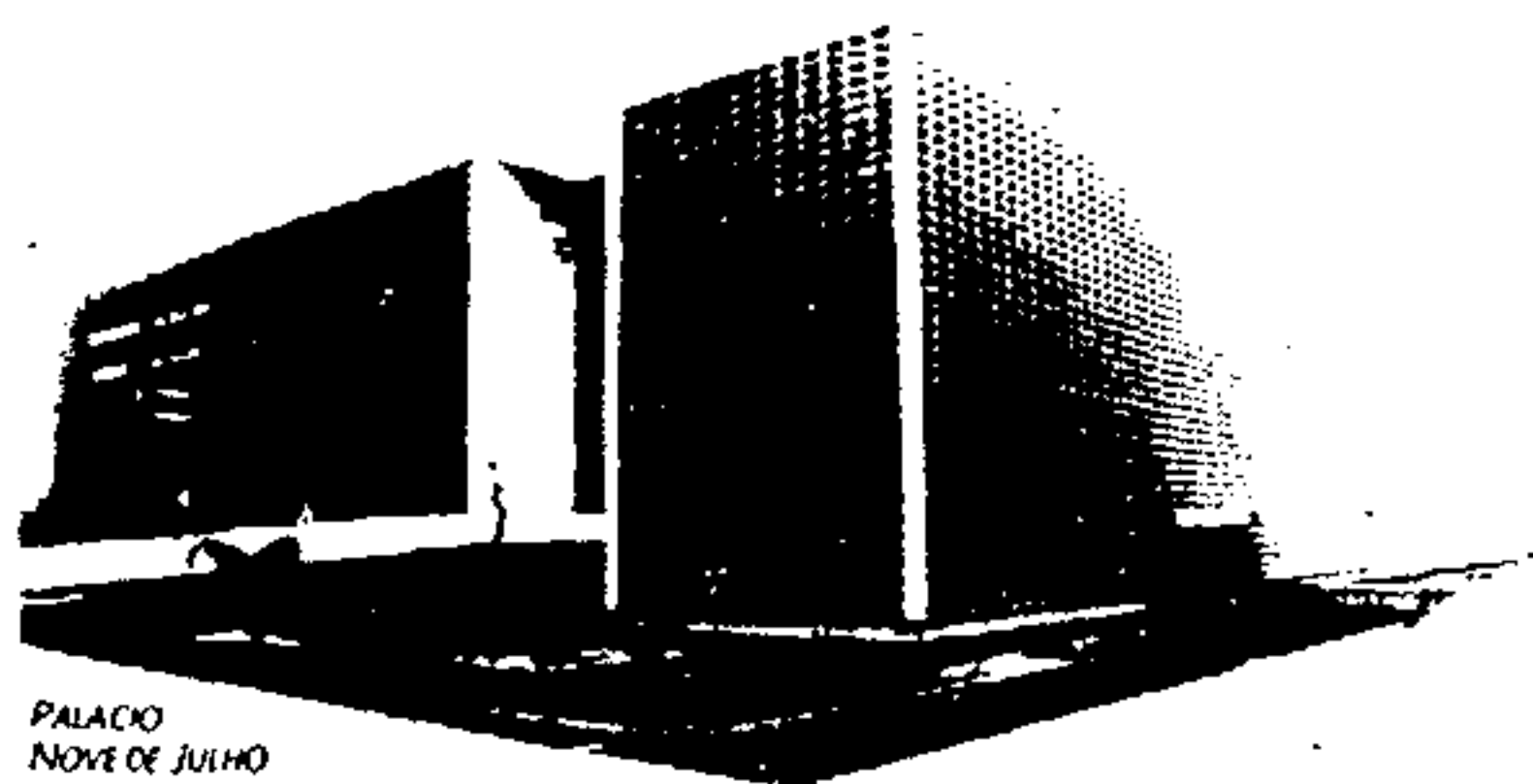


PALÁCIO
NOVO DE JUIHO

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EXPEDIENTE DA 224.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 11.ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1.º-10-1987

PROJETO DE LEI N.º 657, DE 1987

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1988

MENSAGEM N.º 108, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, de setembro de 1987.

O QUADRO ECONÔMICO ATUAL

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Assembleia, nos termos do artigo 80 da Constituição do Estado de São Paulo, a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA para 1988, elaborada com observância das normas gerais de direito financeiro, estatuídas através da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. A presente proposta está formalizada de acordo com a estrutura funcional-programática estabelecida pela Portaria nº 25, de 14 de julho de 1976 e com a classificação econômica da Despesa Orçamentária, fixada pela Portaria nº 38, de 05 de junho de 1978, ambas da Secretaria de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A Proposta Orçamentária para o exercício de 1988, primeira do meu Governo, constitui o resultado do esforço de compatibilização entre a complexidade das funções do Governo e a transparência das intenções de despesa.

Este Governo mostrou, desde o início, suas opções fundamentais e vem aplicando-se em concretizá-las, reiterando seus compromissos públicos.

As prioridades eleitas estão sob permanente acompanhamento. A criança é a primeira preocupação: criou-se a Secretaria do Menor e comprometeu-se toda a administração com seus objetivos.

A prioridade conferida à questão da segurança pública, para garantir o direito do cidadão de viver sem ameaças tem levado à enérgica ação administrativa, multiplicando, equipando e ampliando os serviços policiais, ao tempo em que se busca superar o problema carcerário, acumulado durante décadas.

Consciente de que hoje um dos mais sérios problemas da população urbana é a carência e o alto custo da habitação, lança-se o Estado a um programa decidido de habitação popular no qual tem envolvido as demais esferas de Governo e a própria iniciativa privada.

O setor de transportes, em seus diversos modos, recebe, neste Governo, tratamento preferencial. Merecem destaque os investimentos programados para a ampliação das linhas do METRÔ de São Paulo, de modo a atender às necessidades da população metropolitana. No transporte rodoviário, ressaltam-se os programas de duplicações, eliminação de pontos negros e implantação de faixas adicionais, o de estradas vicinais e de restauração de rodovias. O transporte ferroviário está sendo objeto de um esforço de investimento visando sua ampliação e recuperação financeira e operacional.

Com o objetivo de melhorar a saúde da população, serão aplicados recursos na expansão quantitativa e qualitativa da rede de serviços e implementando o programa de municipalização com a transferência de competências e recursos para os municípios.

Para a Educação persegue-se o objetivo de educar mais e melhor as jovens gerações, reforçando e complementando o trabalho didático, descentralizando a administração, aperfeiçoando os recursos humanos e oferecendo-lhes novas opções técnicas e metodológicas.

Finalmente, desejo acrescentar que, por meio da reforma administrativa, venho imprimindo no conjunto das decisões tomadas, as diretrizes de agilizar e modernizar as estruturas, para que a administração possa corresponder ao desenvolvimento e anseios deste Estado.

Essas opções básicas nortearão a elaboração desta peça orçamentária, que hoje submeto à responsável avaliação dessa Casa, e para a qual solicito a aprovação dos Senhores Deputados.

1. A evolução da economia brasileira em 1987 foi fortemente condicionada pelos efeitos negativos do Plano Cruzado sobre o balanço de pagamentos e sobre a estabilidade do nível de preços.
2. Até o lançamento do Plano de Estabilização em meados de junho, a conjuntura econômica caracterizou-se por uma rápida e progressiva exacerbação dos desequilíbrios externos e internos. No lado externo, a lenta recuperação dos superávits comerciais teve repercussões imediatas sobre o nível das reservas cambiais. Em fevereiro, as reservas reduziram-se a US\$ 3,6 bilhões, forçando o governo a suspender o pagamento dos juros sobre a dívida de médio e longo prazos com os credores privados e a centralizar o câmbio sobre as operações de curto prazo. A despeito da moratória, no entanto, a fraca recuperação dos saldos comerciais até maio fez com que o País não conseguisse superar a situação de agudo estrangulamento cambial. Os problemas no lado externo ficavam ainda mais exacerbados em virtude das dificuldades enfrentadas pelo governo para superar o impasse nas negociações da dívida externa.
3. No lado interno, o principal problema da economia foi o forte descontrole do processo inflacionário, o qual atingiu no segundo trimestre o patamar de 20% ao mês, colocando o País no limiar de um processo de hiperinflação. A tendência explosiva do nível de preços, por sua vez, teve efeito extremamente negativo sobre o sistema econômico como um todo, exacerbando as incertezas, aumentando a fragilidade financeira das pequenas e médias empresas, elevando o desequilíbrio financeiro do setor público — particularmente dos Estados e Municípios — e diminuindo drasticamente o poder de compra dos assalariados. Em consequência, assistiu-se a uma violenta contração do mercado interno, provocada fundamentalmente pela forte redução do consumo. Ao mesmo tempo, houve uma paralisação dos investimentos produtivos do setor privado e um deslocamento dos recursos excedentes para aplicações no mercado financeiro. Com alguma defasagem de tempo o resultado desse movimento acabou repercutindo sobre o nível de atividade industrial, o qual, apesar da política de recomposição de estoques e da relativa recuperação das exportações, a partir de junho, começa a apresentar nítidos sinais de desaceleração nas taxas de crescimento.
4. Em meados de junho, o Governo procurou evitar a maior deterioração da situação econômica através de um conjunto de medidas contidas no Programa de Estabilização. O objetivo imediato e primordial da intervenção governamental consistiu em, de um lado, quebrar o processo inflacionário e evitar que a tendência recessiva acabasse por se manifestar; e, de outro, acelerar o ritmo de recuperação da balança comercial, a fim de equilibrar as contas externas e criar uma situação mais favorável para as negociações da dívida externa.
5. A estratégia do Programa de Estabilização baseou-se fundamentalmente em dois elementos: (i) promoção de um congelamento temporário dos preços; e, (ii) manutenção do mercado interno desaquecido e estímulo à expansão das exportações.
6. A fim de implementar tal estratégia, além do congelamento de preços, até o dia 12 de setembro, o Governo mobilizou os seguintes instrumentos:
 - a) mudança na política salarial, através da substituição do gatilho salarial por uma nova regra de reajustes;
 - b) política monetária restritiva visando a manutenção de taxas de juros reais positivas;
 - c) política cambial ativa, através de uma mídi-desvalorização do Cruzado em relação ao dólar e reajustes subsequentes da taxa de câmbio em níveis próximos à inflação;
 - d) reajustes nos preços e tarifas do setor público, acompanhados da redução de uma série de subsídios e da intenção explícita em promover uma política fiscal austera.
7. Passados três meses da implantação do Programa de Estabilização, seus primeiros resultados podem ser qualificados como sendo relativamente positivos. No lado externo, houve uma expressiva recuperação dos saldos comerciais. Em média, os superávits situaram-se acima da média mensal do primeiro semestre e, apesar da expansão das importações, foram equivalentes aos superávits mensais de 1984 e 1985. Tal desempenho significa que provavelmente o saldo acumulado em 1987 ultrapassará a meta de US\$ 9 bilhões estimada pela CACEX, aumentando o poder de barganha do governo brasileiro na negociação da dívida externa.

No lado interno, o Programa de Estabilização conseguiu quebrar a espiral inflacionária, fazendo com que, nos primeiros três meses do Plano, a evolução do nível de preços baixasse para a taxa média mensal de apenas 4,5%.

A expectativa é que, a partir desses resultados, se inicie a reversão das tendências recessivas que ainda percorrem a economia brasileira. De fato, o relaxamento da restrição externa e a estabilização do processo inflacionário são pré-requisitos essenciais à retomada do crescimento econômico.